

### ATA N.º 3

Aos dezasseis dias do mês de abril de dois mil e vinte e um reuniu o júri do procedimento concursal para ocupação de um posto de trabalho em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para a carreira e categoria de Técnico Superior do mapa de pessoal do Instituto Superior Técnico, para a área de **Gestão de Recursos Humanos**, aberto pelo Aviso n.º 3719/2021, publicado no *Diário da República*, 2.<sup>a</sup> série, N.º 41, de 1 de março de 2021.

O júri foi constituído por Rui Filipe Alves Mendes, Diretor da Direção de Recursos Humanos e Presidente do Júri, por Carla Maria de Carvalho Pereira, Coordenadora da Área de Gestão de Recursos Humanos e primeira vogal, e por Maria da Glória Santos Pinheiro, Técnica Superior e segunda vogal.

A reunião teve como ponto único da ordem de trabalhos o aditamento aos anexos 1 (temas a abordar na prova de conhecimentos) e 2 (legislação e bibliografia para a prova de conhecimentos) da ata n.º 1, relativa à reunião de 9 de fevereiro de 2021.

O Júri verificou que os temas a abordar na prova de conhecimentos, bem como a legislação e bibliografia para a mesma, não abrangiam todas as funções mais significativas do posto de trabalho a ocupar, pelo que se mostrou necessário proceder a um aditamento àqueles temas e bibliografia, de modo a contemplarem também as funções relativas à Estatística e Análise de Dados,

Pelo exposto, deliberou o Júri por unanimidade acrescentar ao anexo 1 da ata n.º 1 os seguintes temas: aplicação das funções matemáticas; coeficientes de associação; coeficientes de correlação; medidas de curtose, achatamento e conceito de outlier; medidas de dispersão; medidas de tendência central; regressão linear simples; referências absolutas e relativas; utilização de funções de procura; utilização de funções lógicas; utilização de funções lógicas compostas; validação de dados, bem como a seguinte bibliografia ao anexo 2 da referida ata:

Castro, J. P. C. & Curto, J. J. D. (1999). Estatística para Economia e Gestão. Instrumentos de apoio à tomada de decisão. Edições Sílabo

Cunha, G., Martins, M. R. Sousa, R. & Oliveira, F. F. (2007). Estatística Aplicada às Ciências e Tecnologias da Saúde. Exercícios resolvidos com Excel e SPSS. Lidel

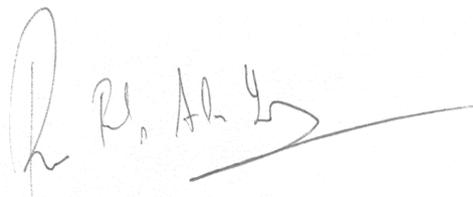
Freund, J. E. & Simon, G. A. (2000). Estatística Aplicada- Economia, Administração e Contabilidade. Bookman

Marques, Paulo Capela (2008). Exercícios de Excel 2007 (2ª edição). FCA.

Na sequência das deliberações tomadas, republicam-se os anexos 1 e 2, os quais fazem parte integrante da presente ata e substituem, para todos os efeitos, os da ata n.º 1.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada, será assinada por todos os presentes.

O Júri,



Rui Filipe Alves Mendes  
Presidente



Carla Maria de Carvalho Pereira  
Vogal



Maria da Glória Santos Pinheiro  
Vogal

## **ANEXO 1**

### **Temas a abordar na prova de conhecimentos**

- a) Organização do Estado e do poder político
  - órgãos de soberania
  - processo legislativo
  - estrutura do Governo
  - competências e estrutura do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
  
- b) Estrutura da Administração Pública
  - administração direta
  - administração indireta
  - extinção, fusão e reestruturação de serviços públicos
  
- c) Organização e funcionamento das universidades
  - regime jurídico
  - graus e diplomas
  - avaliação e acreditação
  - organização e funcionamento da Universidade de Lisboa
  - organização e funcionamento do Instituto Superior Técnico
  
- d) Sistema nacional de I&D
  - quadro normativo das instituições de I&D
  - bolseiros de investigação
  
- e) Código do Procedimento Administrativo
  
- f) Vínculos na Administração Pública
  
- g) Regime de carreiras e remunerações na Administração Pública
  
- h) Pessoal dirigente na Administração Pública
  
- i) Avaliação de desempenho na Administração Pública
  
- j) Contrato de Trabalho em Funções Públicas
  - tipos de contrato: caracterização, vigência, cessação, vicissitudes contratuais
  - férias, faltas e licenças
  - duração e organização do tempo de trabalho
  - trabalho suplementar
  
- k) Regime de valorização profissional na Administração Pública
  
- l) Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores em Funções Públicas
  
- m) Proteção Social dos trabalhadores que exercem funções públicas
  - regimes de proteção social
  - eventualidades abrangidas
  
- n) Regime da Contratação Pública
  - âmbito de aplicação
  - tipo e escolha de procedimentos
  
- o) Proteção da propriedade intelectual no Instituto Superior Técnico

- p) Aplicação das funções matemáticas
- q) Coeficientes de associação
- r) Coeficientes de correlação
- s) Medidas de curtose, achatamento e conceito de outlier
- t) Medidas de dispersão
- u) Medidas de tendência central
- v) Regressão linear simples
- w) Referências absolutas e relativas
- x) Utilização de funções de procura
- y) Utilização de funções lógicas
- z) Utilização de funções lógicas compostas
- aa) Validação de dados

## **ANEXO 2**

### **Legislação e bibliografia para a prova de conhecimentos**

Constituição da República Portuguesa (Republicada pela Lei Constitucional n.º 1/2005, de 12 de agosto, Parte III).

Estrutura orgânica da Administração Direta do Estado (Lei n.º 4/2004, de 15 de janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de agosto, pelos Decretos-Leis n.ºs 200/2006, de 25 de outubro, e 105/2007, de 3 de abril, pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro e 57/2011, de 28 de novembro, pelo Decreto-Lei n.º 116/2011, de 05 de dezembro e pela Lei n.º 64/2011, de 22 dezembro).

Lei Quadro dos Institutos Públicos (Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de agosto, pelos Decretos-Leis n.ºs 200/2006, de 25 de outubro, e 105/2007, de 3 de abril, pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, e 57/2011, de 28 novembro, pelos Decretos-Leis n.ºs 5/2012, de 17 de janeiro, e 123/2012, de 20 de junho, pelas Leis n.ºs 24/2012, de 09 de julho, e 66-B/2012, de 31 de dezembro, e pelos Decretos-Leis n.ºs 102/2013, de 25 de julho, 40/2015, de 16 de março, e 96/2015, de 29 de maio).

Lei Orgânica do XXII Governo Constitucional (Decreto-Lei n.º 169-B/2019, de 03 de dezembro).

Regime de extinção, fusão e reestruturação de serviços públicos (Decreto-Lei n.º 200/2006, de 25 de outubro).

Regime de instalação na Administração Pública (Decreto-Lei n.º 215/97, de 18 de agosto).

Lei de bases do sistema educativo (Lei n.º 46/86, de 14 de outubro, alterada pelas Leis n.º 115/97, de 19 de setembro, 49/2005 de 30 de agosto, que a republicou, e pela Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto).

Regime jurídico das instituições de ensino superior (Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro).

Graus e diplomas do ensino superior (Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 107/2008, de 25 de junho, e 230/2009, de 14 de setembro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 81/2009, de 27 de outubro, e pelo Decreto-Lei n.º 115/2013, de 7 de agosto, que o republicou, e pelos Decretos-Leis n.ºs 63/2016, de 13 de setembro, e 65/2018, de 16 de agosto, que o republicou).

Avaliação do ensino superior (Lei n.º 38/2007, de 16 de agosto, alterada pela Lei n.º 94/2019, de 4 de setembro).

Regime Jurídico das Instituições que se dedicam à Investigação Científica e Desenvolvimento (Decreto-Lei n.º 63/2019, de 16 de maio).

Estatutos da Universidade de Lisboa (Despacho Normativo n.º 5-A/2013, de 18 de abril, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 77, de 19 de abril, com as alterações introduzidas pelos Despachos Normativos n.ºs 1-A/2016, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 42, de 1 de março, 14/2019, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 90, de 10 de maio, e 8/2020, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 150, de 4 de agosto).

Estatutos do Instituto Superior Técnico (Despacho n.º 12255/2013, de 09 de setembro, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 185, de 25 de setembro).

Regulamento de Organização e de Funcionamento dos Serviços de Natureza Administrativa e de Apoio Técnico do Instituto Superior Técnico (Despacho n.º 1503/2017, de 1 de fevereiro, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 32, de 14 de fevereiro, retificado pelo Despacho n.º 5765/2018, de 16 de maio, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 111, de 11 de junho, e alterado pelo Despacho n.º 3366/2020, de 17 de março, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 54, de 22 de março).

Regimento do Conselho de Gestão do Instituto Superior Técnico (Despacho n.º 1945/2020, de 10 de fevereiro, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 28).

Página eletrónica do Instituto Superior Técnico (<https://tecnico.ulisboa.pt>).

Estatuto do bolsheiro de investigação (Lei n.º 40/2004, de 18 de agosto, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 202/2012, de 27 de agosto, alterado pela Lei n.º 12/2013, de 29 de janeiro, e pelos Decretos-Leis n.ºs 89/2013, de 9 de julho, e 123/2019, de 28 de agosto).

Regulamento de bolsas de investigação científica da Fundação para a Ciência e Tecnologia (publicado em <https://dre.pt/application/conteudo/127238533>).

Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, com a Retificação n.º 37-A/2014, de 19 de agosto, e as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 82-B/2014, de 31 de dezembro, 84/2015, de 7 de agosto, 18/2016, de 20 de junho, 42/2016, de 28 de dezembro, 25/2017, de 30 de maio, 70/2017, de 14 de agosto, 73/2017, de 16 de agosto, 49/2018, de 14 de agosto, e 71/2018, de 31 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 6/2019, de 14 de janeiro, e pelas Leis n.ºs 79/2019, de 02 de setembro, 82/2019, de 02 de setembro, e 2/2020, de 31 de março).

Código do Procedimento Administrativo (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 72/2020, de 16 de novembro).

Tabela remuneratória única dos trabalhadores que exercem funções públicas (Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro).

Abono para falhas (Decreto-Lei n.º 4/89, de 6 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 276/98, de 11 de setembro, e pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro; Despacho n.º 15409/2009, de 8 de julho).

Regulamento de Equiparação a Bolseiro e de Deslocações em Serviço do Instituto Superior Técnico (Despacho 10961/2014, de 27 de agosto, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 164, de 27 de agosto).

Procedimento concursal (Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, alterada e republicada pela Portaria n.º 12-A/2021, de 11 de janeiro).

Carreiras de informática (Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de março).

Estatuto da Carreira Docente Universitária (Decreto-Lei n.º 448/79, de 13 de novembro, alterado pela Lei n.º 19/80, de 16 de julho, pelos Decretos-Leis n.ºs 316/83, de 2 de julho, 35/85, de 1 de fevereiro, 48/85, de 27 de fevereiro, 243/85, de 11 de julho, 244/85, de 11 de julho, 381/85, de 27 de setembro, 392/86, de 22 de novembro, pela Lei n.º 6/87, de 27 de janeiro, pelos Decretos-Leis n.ºs 45/87, de 24 de março, 147/88, de 27 de abril, 359/88, de 13 de outubro, 412/88, de 9 de novembro, 456/88, de 13 de dezembro, 393/89, de 9 de novembro, 408/89, de 18 de novembro, 388/90, de 10 de dezembro, 76/96, de 18 de junho, 13/97, de 17 de janeiro, 212/97, de 16 de agosto, 252/97, de 26 de setembro, 277/98, de 11 de setembro, 373/99, de 18 de setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 205/2009, de 31 de agosto, e pela Lei n.º 8/2010, de 13 de maio).

Regulamento de Equiparação a Bolseiro dos docentes e investigadores da Universidade de Lisboa (Despacho n.º 1369/2014, de 10 de janeiro, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 19, de 28 de janeiro, alterado pelo Despacho n.º 2114/2017, de 15 de fevereiro, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 51, de 13 de março).

Carreira de Investigação Científica (Decreto-Lei n.º 124/99, de 20 de abril, alterado pela Lei n.º 157/99, de 14 de setembro, e pelo Decreto-Lei n.º 373/99, de 18 de setembro).

Orçamento de Estado para 2021, Capítulo III (Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro).

Estatuto do Pessoal Dirigente (Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 64/2011, de 22 de dezembro, que o republicou, e pelas Leis n.ºs 68/2013, de 29 de agosto, e 128/2015, de 03 de setembro).

Sistema Integrado de Avaliação e Gestão do Desempenho na Administração Pública – SIADAP (Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, 55-A/2010 e 66-B/2012, de 31 de dezembro dos respetivos anos).

Fichas de avaliação e listas de competências (Portaria n.º 359/2013, de 13 de dezembro).

Regime jurídico da valorização profissional dos trabalhadores com vínculo de emprego público (Lei n.º 25/2017, de 30 de maio).

Acidentes de trabalho (Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro, alterado pelas Leis n.ºs 59/2008, de 11 de setembro, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 11/2014, de 06 de março, e 82-B/2014, de 31 de dezembro, pelos Decretos-Leis n.ºs 33/2018, de 15 de maio, e 84/2019, de 28 de junho, e pela Lei n.º 46/2020, de 20 de agosto).

Lei de Bases da Segurança Social (Lei n.º 4/2007, de 16 de janeiro, alterada pela Lei n.º 83-A/2013, de 30 de dezembro).

Proteção social dos trabalhadores que exercem funções públicas (Lei n.º 4/2009, de 29 de janeiro, alterada pela Lei n.º 10/2009, de 10 de março).

Proteção na parentalidade (artigos 33.º a 65.º do Código do Trabalho aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 105/2009, de 14 de setembro, 53/2011, de 14 de outubro, 23/2012, de 25 de junho, 47/2012, de 29 de agosto, 69/2013, de 30 de agosto, 27/2014, de 08 de maio, 55/2014, de 25 de agosto, 28/2015, de 14 de abril, 120/2015, de 01 de setembro, 8/2016, de 01 de abril, 28/2016, de 23 de agosto, e 73/2017, de 16 de agosto, pela Retificação n.º 28/2017, de 02 de outubro, e pelas Leis n.ºs 14/2018, de 19 de março, 90/2019, de 04 de setembro, e 93/2019, de 04 de setembro; Decreto-Lei n.º 89/2009, de 09 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 133/2012, de 27 de junho, pelas Leis n.ºs 120/2015, de 01 de setembro, e 90/2019, de 4 de setembro, e pelo Decreto-Lei n.º 14-D/2020, de 13 de abril; Decreto-lei n.º 91/2009, de 09 de abril, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 70/2010, de 16 de junho, e 133/2012, de 27 de junho, pela Lei n.º 120/2015, de 01 de setembro, pelos Decretos-Leis n.ºs 53/2018, de 02 de julho, e 84/2019, de 28 de junho, e pela Lei n.º 90/2019, de 04 de setembro).

Abono de família (Decreto-Lei n.º 176/2003, de 2 de agosto, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 41/2006 de 21 de fevereiro, 87/2008 de 28 de maio, 245/2008, de 18 de dezembro, 201/2009, de 28 de agosto, 70/2010, de 16 de junho, 77/2010, de 24 de junho, 116/2010, de 22 outubro, pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, pelos Decretos-Leis n.ºs 133/2012, de 27 de junho, que o republicou, e 2/2016, de 06 de janeiro, e pelas Leis n.ºs 42/2016, de 28 de dezembro, 114/2017, de 29 de dezembro, e 71/2018, de 31 de dezembro; Decreto-Lei n.º 133-B/97, de 30 de maio, na redação que lhe foi dada pelos Decretos-Leis n.ºs 341/99, de 25 de agosto, e 250/2001, de 21 de setembro, pela Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, e pelos Decretos-Leis n.ºs 25/2017, de 03 de março, 126-A/2017, de 06 de outubro, e 136/2019, de 06 de setembro, na parte não derogada pelos Decretos-Leis n.ºs 248/99, de 02 de julho, 176/2003, de 2 de agosto, e 245/2008, de 18 de dezembro).

Código dos Contratos Públicos (Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com a Retificação n.º 18-A/2008, de 28 de março, alterado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, pelos Decretos-Leis n.ºs 223/2009, de 11 de setembro, e 278/2009, de 2 de outubro, pela Lei n.º 3/2010, de 27 de abril, pelo Decreto-Lei n.º 131/2010, de 14 de dezembro, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, e pelos Decretos-Leis n.ºs 149/2012, de 12 de julho, 214-G/2015, de 02 de outubro, e 111-B/2017, de 31 de agosto, pelas Retificações n.ºs 36-A/2017, de 30 de outubro, e 42/2017, de 30 de novembro, pelos Decretos-Leis n.ºs 33/2018, de 15 de maio, e 170/2019, de 4 de dezembro, e pela Resolução da Assembleia da República n.º 16/2020, de 19 de março) <http://www.base.gov.pt/Base/en/Homepage>.

Regulamento da Propriedade Intelectual do Instituto Superior Técnico (Despacho n.º 12823/2010, de 15 de julho, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 153, de 09 de agosto, alterado pelo Despacho n.º 9109/2015, de 3 de agosto, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 157, de 13 de agosto de 2015).

Castro, J. P. C. & Curto, J. J. D. (1999). Estatística para Economia e Gestão. Instrumentos de apoio à tomada de decisão. Edições Sílabo.

Cunha, G., Martins, M. R. Sousa, R. & Oliveira, F. F. (2007). Estatística Aplicada às Ciências e Tecnologias da Saúde. Exercícios resolvidos com Excel e SPSS. Lidel.

Freund, J. E. & Simon, G. A. (2000). Estatística Aplicada- Economia, Administração e Contabilidade. Bookman.

Marques, Paulo Capela (2008). Exercícios de Excel 2007 (2ª edição). FCA.